


Feliciano & Vicente: os dois filhos dos da Costa (D'África) na capital da Província de Pernambuco (séculos XIX e XX)

Feliciano & Vicente: the two sons of the da Costa (from Africa) in the capital of the Province of Pernambuco (19th to 20th centuries)

José Bento Rosa da Silva

 <https://orcid.org/0000-0002-0185-0766>

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O artigo investiga a ascensão social dos irmãos Feliciano André Gomes e Vicente André Gomes, filhos dos africanos Vicente André Gomes da Costa, africano livre, e da liberta Domingas André Gomes. Apesar do contexto adverso para estes dois filhos de africanos, conseguiram cursar o ensino superior. Feliciano tornou-se bacharel em Direito e elegeu-se deputado estadual por mais de uma vez. Participou do movimento abolicionista e foi professor do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Vicente, que recebeu o mesmo nome do pai, graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Salvador, ocupou cargos no governo do Estado de Pernambuco, como por exemplo, diretor do Hospital Pedro Segundo. Depois dele, várias gerações da família André Gomes seguiram seus passos na medicina, na política e na educação.

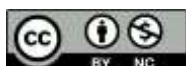
Palavras-chave: médico. advogado. político. africanos.

Abstract: The article investigates the social rise of the brothers Feliciano André Gomes and Vicente André Gomes, sons of the Africans Vicente André Gomes da Costa, a free African, and the freedwoman Domingas André Gomes. Despite the adverse context for these two sons of Africans, they managed to attend university. Feliciano earned a bachelor's degree in law and was elected to the state legislature more than once. He took part in the abolitionist movement and was a teacher at the Liceu de Artes e Ofícios in Recife. Vicente, who took the same name as his father, graduated in Medicine from the Faculty of Medicine in Salvador and held positions in the Pernambuco state government, such as director of the Pedro Segundo Hospital. After him, several generations of the André Gomes family followed in his footsteps in medicine, politics and education.

Keywords: doctor; lawyer; politician; african.

Necrologia de um negro em preto e branco: “apologia” a Feliciano

Na sociedade brasileira, onde o preconceito racial é manifesto de diferentes formas, não é raro ouvirmos expressões tais como: “Ele é um negro de alma branca”. Frases estas ditas, às vezes, no sentido de um pretense “elogio”, visando mostrar que o sujeito tenha superado obstáculos – “as barreiras de cor” – existentes na sociedade, por ter um atributo do branco, qual seja, a cor inscrita na alma. Não raras vezes, para ascender socialmente, sujeitos negros passam por esse processo de branqueamento ou embranqueamento. Esse tema já foi investigado por sociólogos e antropólogos, dentre os quais, destacamos Frantz



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Fanon, com o seu clássico “Pele negra, máscaras brancas”, e Florestan Fernandes, com sua tese “A integração do negro na sociedade de classe”, defendida na década de 60 do século passado, quando ainda era “tabu” falar em preconceito racial no Brasil, pois a maioria das produções acadêmicas estavam sob a égide da ideologia da democracia racial, inaugurada pela obra “Casa-grande & senzala”, de Gilberto Freyre.

Feliciano André Gomes, um bacharel em direito e abolicionista que ascendeu socialmente, apesar de ser visto por alguns de seus contemporâneos como “um preto-branco”, não se deixou embranquecer. Em vez disso, assumiu, segundo um contemporâneo, a sua negritude.

O título deste artigo foi inspirado em dois panegíricos publicados no ano de 1927, por ocasião da morte desse tribuno. Consideramos preliminar, pois, para construí-lo, usamos exclusivamente periódicos como fontes. No entanto, sabemos da existência de outras, das quais não nos ocuparemos no momento.¹

O primeiro panegírico ao qual nos referimos acima foi elaborado por um ex-aluno de Feliciano André Gomes, do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, chamado Britto Macedo, que disse ter sido colega de Júlio Borges Diniz, Aloysio Marques e Gilminez de Mello, entre outros, todos estudantes do ilustre professor. Depois de tecer longos elogios à sua época e às qualidades do homenageado, conclui: “E é por isso que, homenageando-o nesta página de saudade, guardarei para os meus filhos a história sempre nova de um Preto-Branco!” (JORNAL DO RECIFE, n. 246, 23 out. 1927, p. 1). Aliás, o que nos chamou a atenção na matéria foi justamente o título estampado na primeira página do jornal em negrito: “Preto-Branco”.

O segundo panegírico, de autoria de Anísio Galvão, foi publicado na Revista Cidade, na coluna que noticiava os acontecimentos da semana. Com o título “Necrológio de um negro”, o autor falou da comoção pela qual passou a cidade do Recife, por ocasião da chegada do corpo do deputado, bacharel em Direito e professor, Feliciano André Gomes, que havia falecido na cidade de Caxambu, em Minas Gerais. Traçou o perfil do homenageado, evidenciando as dificuldades pelas quais passou por ser negro, na terra do fundador da ideologia da democracia racial. Vejamos um trecho do artigo:

Verdadeira multidão acorrera no cais e quando o guindaste do navio trouxe para terra o caixão, ao som da marcha fúnebre, não eram só pessoas da família do morto que choravam, mas meninas, mocinhas de instituições piedosas, que compareceram com os seus estandartes de luto, homens do povo, professoras, velhinhas [...] Feliciano André Gomes era um negro. E isso é o que mais torna esses fatos merecedores de nota. Sabe-se o quando a cor, infelizmente, prejudica a ascensão do indivíduo e provoca certas hostilidades, prevenções injustas, mas reais. E ele era um que tinha orgulho em ser preto [...] Sua preocupação maior era cuidar dos pretos como ele, dos humildes, dos que sentiam dificuldades em encontrar mãos protetoras [...] (REVISTA DA CIDADE, n. 74, 22 out. 1927).

Nosso objetivo neste artigo é narrar, através de periódicos, uma trajetória preliminar destes homens que, segundo a nota acima, fez a cidade do Recife parar, quando de seu

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, intitulada: Os Intelectuais de Ébano: Os André Gomes[Recife: 1862- 2020]. Edital 15/ 2024. Bolsa de produtividade em Pesquisa- Acordo FACEPE/CNPQ [Processo: APQ- 2089-7.05/24].



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

sepultamento na terça-feira 18 de outubro de 1927. Todos os jornais da cidade deram destaque ao acontecimento do ano. Alguns descreveram com pormenores, desde a morte em Minas Gerais, o traslado do corpo e o ritual de sepultamento, além da construção de um mausoléu em sua homenagem no Cemitério de Santo Amaro. O jornal A Província, por exemplo, reproduziu um telegrama publicado pelo Jornal Última Hora da capital da República (Rio de Janeiro), onde foi embarcado o corpo do deputado que para lá fora levado. A bordo do vapor “Itagiba”, o traslado foi feito no dia 13 de outubro, chegando na manhã do dia 18 no Recife. No embarque, a bancada de deputados federais de Pernambuco estava presente (A PROVÍNCIA, n. 238, 14 out. 1927, p. 3).

O Jornal de Recife, na edição do dia 19 do mesmo mês, fez a cobertura completa da chegada do corpo e da sua condução até o jazigo no Cemitério de Santo Amaro. Parece ter sido a leitura dessa matéria a inspiração do título da homenagem de Anísio Galvão. Pois bem, desembarcado no Porto do Recife, pouco antes das 8 horas, o corpo foi colocado sobre um carro do Corpo de Bombeiros e fez o seguinte trajeto até a Igreja de Santo Antônio: Praça Alfredo Lisboa, Avenida Marquês de Olinda, ponte Maurício de Nassau, Rua Primeiro de Março, Praça da Independência, Rua Sigismundo Gonçalves e Praça Saldanha Marinho. Na Igreja de Santo Antônio, foi realizada a missa de corpo presente, inclusive com a presença do bispo. Segundo o jornal, um grupo de músicos, por iniciativa própria, executou no coro ofícios fúnebres, enquanto uma fração musical da Força Pública tocava marchas fúnebres no corredor do lado direito da matriz. Terminada a missa, teve início a reorganização do préstito:

Reposto o esquife na carreta, foi esta conduzida pelo povo até o cemitério. Puxando o cortejo, os alunos de ambos os sexos do Liceu de Artes e Ofícios, à frente o respectivo estandarte. Várias Irmandades e Associações, a que pertencia o chorado morto incorporadas, acompanharam o préstito. Seguiu-se numeroso séquito de autos e carros. Fechava o mesmo grande massa popular, obedecendo a este itinerário: Praça Saldanha Marinho, Rua Nova, Ponte da Boa Vista, Ruas da Imperatriz, do Hospício e largo do cemitério (JORNAL DO RECIFE, n. 242, 19 out. 1927, p. 1).

O mesmo jornal registrou a presença de várias autoridades, entre elas, “o senhor governador em pessoa”, e enumerou os diversos oradores, as inúmeras coroas de flores, suas respectivas mensagens e quem as endereçavam. Encerra a matéria de primeira página, dizendo que o jornal esteve presente em todos os momentos.

A Família André Gomes (da Costa)

Antes de adentrarmos na trajetória de Feliciano e Vicente André Gomes, é preciso compreender que nosso recorte temporal inicia-se na segunda metade do século XIX, ainda no período do Império, e se estende até o século XX, abrangendo toda a denominada Primeira República, portanto, o período de transição do escravismo para o trabalho livre, e o período compreendido como pós-abolição. Esse período é uma pauta dos estudos de uma das mais novas áreas da historiografia brasileira, conforme assinalou Freitas Rosa (2025, p. 5-6):

[...], durante o XXVII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado na cidade de Natal, ocorreu a fundação do grupo nacional de trabalho conhecido como



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

GT Emancipações e Pós-Abolição (GTEP), cuja primeira coordenação coube às historiadoras Wlamyra Albuquerque (UFBA) e Giovana Xavier (UFF). Tratou-se de uma iniciativa de pesquisadoras e pesquisadores que, apesar de suas distintas abordagens, variados recortes temporais e delimitações geográficas, compartilhavam o interesse por investigar as experiências de liberdade, anteriores e posteriores à lei de 13 de maio de 1888. Naquele evento, investigadoras e investigadores apresentaram suas pesquisas em dois simpósios temáticos. Entre as finalidades daquele amplo grupo de trabalho constavam produzir, compartilhar e divulgar estudos sobre os processos de construção e exercício da liberdade, bem como congregar as pesquisas a respeito daquelas temáticas.

Quanto às informações acerca dos familiares de Feliciano e Vicente André Gomes, são parcas as referências. Não encontramos até o momento os inventários do casal Vicente André Gomes e Domingas André Gomes. As principais fontes foram os periódicos como se verá adiante.

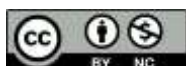
O pai de Feliciano André Gomes e Vicente André Gomes (Filho), Vicente André Gomes, era um africano livre², nascido no ano de 1830, provavelmente na África Ocidental. Num anúncio, identificara-se como Vicente André Gomes da Costa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, n. 100, 5 maio 1870, p. 4).³ Esse comerciante foi casado com a também africana Domingas André Gomes, nascida no ano de 1828. O casal residia na Freguesia de São José, mas exatamente na Rua Santa Rita, onde tinham um ponto comercial. Não sabemos se Domingas era africana liberta ou livre. Uma coisa é certa: não estavam mais sob a condição de escravizados, entretanto provavelmente não estavam livres de sofrerem discriminações pelo estigma da cor e da origem. Destacamos que os pais de Feliciano André Gomes e de Vicente André Gomes (Filho) eram africanos, porque, no Brasil, de ontem e de hoje, a discriminação que recai sobre as pessoas não brancas faz dos que têm mais melanina “as vítimas preferenciais”. Concordamos com Oracy Nogueira: há no Brasil um preconceito de marca (NOGUEIRA, 1985). Dessa forma, quanto menos miscigenadas forem as famílias negras de origem africana, mais serão discriminadas.

De acordo com Oracy Nogueira, quando acontece um evento discriminatório por motivo racial, este ocorre por duas formas que se distinguem quanto à natureza. Para ele, o preconceito que prevalece no Brasil é aquele baseado no preconceito de cor, termo que se apresenta difuso na literatura relativa ao tema, porém o autor prefere nomeá-lo de preconceito de marca. Em contrapartida, nos Estados Unidos, o preconceito racial que prevalece é aquele baseado na origem (DIAS, 2012).

O casal Vicente André Gomes da Costa e Domingas André Gomes teve três filhos: Feliciano André Pires, que se tornou bacharel em Direito, político e professor; Vicente André Filho, que herdou o mesmo nome do pai, fez-se médico e ocupou vários cargos no governo da Província de Pernambuco; e Claudiano André Gomes, que, como o pai, tornara-se comerciante, estabelecendo-se no Mercado de São José. Dos três, apenas Feliciano não

² Africanos livres eram os que provavam ter chegado ao Império do Brasil após a lei de 7 de novembro de 1831. Sobre essa questão, ver Mamigonian (2017).

³ No contexto da escravidão dos africanos nas Américas, sobretudo no Brasil, “da Costa” era como genericamente identificam-se os provenientes da África Ocidental, conhecida como Costa da Mina. A faixa litorânea correspondente a tal origem vai do Cabo de Palmas, na atual Costa do Marfim com a Libéria, até o



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

legara netos a Vicente e Domingas, conforme preza a tradição da África subsaariana anteriormente à chegada dos europeus (LEITE, 2008).

As informações acerca dos genitores, Vicente André Gomes e Domingas André Gomes, são ainda precárias. Entretanto, faremos algumas alusões a partir das fontes preliminares já mencionadas, mas é possível que haja documentos, juntamente aos de outros africanos livres, nos inventários no Memorial da Justiça de Pernambuco, onde já tivemos a oportunidade de identificar alguns.

Encontramos uma primeira pista⁴ de Vicente André Gomes no ano de 1862: uma nota de jornal que informava que ele havia desembarcado do vapor nacional Cruzeiro do Sul, em viagem através da qual viera do Rio de Janeiro, passando por portos intermediários, até chegar à capital da Província de Pernambuco (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 252, 31 out. 1862, p. 3). Na época, era identificado como africano livre. No mesmo vapor, estava outro africano, Pedro; este na condição de liberto.

Mas essa não foi a única vez que o encontramos embarcando ou desembarcando no porto do Recife. Na década de 70 do século XIX, o identificamos nos seguintes vapores: Mandahu, procedente de Aracaju; Mandahu, procedente de portos do Sul; Espírito Santo, procedente do Sul; Marquês de Caxias, em direção ao Sul; e indo e vindo da Bahia no vapor São Salvador e Marquês de Caxias (essas referências foram encontradas nos seguintes jornais: A PROVÍNCIA, n. 181, 27 dez. 1873, p. 2; A PROVÍNCIA, n. 254, 27 mar. 1874; DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 275, 30 nov. 1875, p. 3; JORNAL DO RECIFE, n. 186, 14 ago. 1877, p. 1; JORNAL DE ARACAJU, n. 930, 5 mar. 1878, p. 4; e DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 53, 5 mar. 1878, p. 2). Essas frequentes viagens, com certeza, estavam relacionadas aos seus negócios, visto que ele tinha um comércio na Rua de Santa Rita, no imóvel de número 18, na Freguesia (hoje bairro) de São José. Em 1878, ele estava entre os que tinham pendências com o tesouro estadual, referentes aos impostos dos anos de 1873 e 1874, no valor de 12\$080 – doze mil e oitenta réis (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 140, 10 jun. 1878, p. 3).

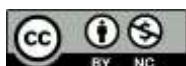
Conjecturamos que ele tenha vivido algum tempo em Aracaju. As correspondências a ele remetidas no ano de 1878 e que ficaram retidas no correio local por não se haver encontrado o destinatário são as evidências que nos levaram a tal suposição (JORNAL DE ARACAJU, n. 930, 5 mar. 1878, p. 4).

A residência da família também se localizava nas imediações da Freguesia de São José, aliás, uma das localidades mais “africanizadas” do Recife na época, conforme o censo de 1872. Ele, como uma pessoa livre e de algumas posses, necessitava de uma ama, por isso colocou um anúncio no jornal. E foi também a única vez que o encontramos se identificando como da Costa: “Precisa-se de uma ama para cozinhar e lavar, pois quem quiser dirija-se a Rua Santa Rita, n. 10, em casa do Sr Vicente André Gomes da Costa” (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 100, 5 maio 1870, p. 4).

Sobre Domingas André Gomes, sabemos que era uma pessoa de referência na Freguesia de São José, conforme indica a nota comentando o seu falecimento, com a avançada idade de 75 anos, e a missa de sétimo dia: “A cerimônia religiosa foi grandemente concorrida, tendo comparecido magistrados, jornalistas, empregados do Foro e amigos da

Cabo do Gabão. O nome provém do Forte de São Jorge da Mina (LOPES, 2004, p. 211).

⁴ Seguimos a metodologia sugerida por Carlo Ginzburg, qual seja, a do paradigma indiciário. Sobre essa questão, ver Ginzburg (1989).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

extinta e seus dignos filhos” (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 50, 4 mar. 1903, p. 1).

Referência não só pelo empenho que deve ter tido nos negócios após a morte do marido, pois enviudara em 1880, mas, sobretudo, em virtude da ascensão social dos filhos, Feliciano e Vicente, que não seria possível sem a mãe, que se tornou a matriarca da família André Gomes.⁵ Domingas era, segunda a nota de falecimento, mãe, sogra e avó. Outro jornal, A Província, também noticiou o passamento da sexagenária:

Na avançada idade de 75 anos, faleceu ontem as 6 horas da tarde, vitimada por um ataque de congestão cerebral, a dona Domingas André Gomes, viúva do negociante Vicente André Gomes, e mãe dos ilustres srs. Feliciano André Gomes, advogado, e Vicente André Gomes, médico (A PROVÍNCIA, n. 45, 26 mar.1903, p. 7).

Com a morte do marido em 1880, Domingas André Gomes deve ter “tomado as rédeas dos negócios”. Em 1885, quando os ventos do abolicionismo sopravam na cidade do Recife em diversas direções, Domingas foi uma das que se inscreveu para alforriar, através do Fundo de Emancipação, duas escravas de sua propriedade, mãe e filha: Thomazia, preta, 35 anos, casada; Valéria, 14 anos, solteira (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 137, 18 jun. 1885, p. 4). Foram libertadas quinze dias após, pelo valor de 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) e 460\$000 (quatrocentos e sessenta mil réis) respectivamente (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 197, 30 ago. 1885, p. 3).

Vicente André Gomes, nascido em 1877, era dezoito anos mais novo que Feliciano. Era uma criança de apenas três anos de idade quando da morte de seu pai. Dessa forma, deve ter sido Feliciano o “modelo” de homem a seguir. Tanto isso deve ser verdade que umas das coroas de flores homenageando Feliciano na ocasião de seu sepultamento e mencionada pelo jornal, fora a de Vicente e esposa com os seguintes dizeres: “Homenagem do irmão e maior amigo, eterna dor de Vicente e Anunciada” (JORNAL DO RECIFE, n. 242, 19 out. 1927, p. 1). Vicente tentou por algumas vezes ingressar na Faculdade de Direito do Recife, mas acabou formando-se médico em 1902 no curso de Medicina da Bahia. Na volta para casa, foi recebido com uma grande festa patrocinada pelo irmão, bacharel em Direito, como registrou O Pequeno Jornal, na coluna Fatos Diversos:

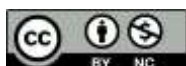
Dr. Vicente André Gomes – No vapor Alagoas, chegou anteontem da Bahia, onde, brilhantemente concluiu o seu curso de medicina, o Dr. Vicente André Gomes.

Regozijado por este fato, o seu prezado irmão, Dr. Feliciano André Gomes ofereceu aos seus amigos uma festa íntima, onde reinou a maior animação.

Ao Dr. Vicente, apresentamos as nossas saudações (PEQUENO JORNAL, n. 16, 21 jan. 1903, p. 1).

Não foi a primeira nem a última vez que a família André Gomes fora assunto das notas sociais nos jornais do Recife. Encontramos outras menções aos irmãos André Gomes quando ainda eram acadêmicos. A cada período de férias em que Vicente André Gomes

⁵ Vicente tinha mais ou menos 3 anos de idade, quando da morte do pai, e Feliciano, 21 anos. Pouco sabemos ainda sobre Claudiano André Gomes, que herdou a profissão do pai, pois fora comerciante no Mercado São José.



(filho) se deslocava de Salvador para o Recife e vice-versa, era citado nas colunas sociais, destacando seu desempenho e brilhantismo na Faculdade da Bahia. Numa época em que era comum ver os africanos e seus descendentes citados nas ocorrências policiais, essa família de negros era exceção à regra. E, segundo o colunista da Revista da Cidade mencionado anteriormente, Feliciano tinha orgulho de ser negro.

Importante registrar que, na época em que os irmãos André Gomes viveram, as teorias racialistas elaboradas entre os séculos XVIII e XIX na Europa, e que “desembarcaram” no Brasil, estavam em pleno vigor. O brasilianista Thomas Skidmore (1976), na obra “Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro”, “desnudou” o racismo implícito e explícito na *intelligentsia* e na política nacional do século XIX ao XX. Dentro outras, apresentou o projeto de lei dos deputados federais Andrade Bezerra (de Pernambuco) e Cincinato Braga (de São Paulo) que proibia a imigração de indivíduos humanos das raças de cor preta para o Brasil. E mais, Raimundo Nina Rodrigues, médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, um dos intelectuais brasileiros adeptos das teorias racialistas, foi mestre de Vicente André Gomes, na referida Faculdade de Medicina, no início do século XX.

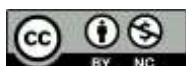
Por ocasião do centenário de nascimento de Vicente André Gomes, em 1977, os jornais destacaram as diversas homenagens prestadas ao memorável médico, destacando a sua trajetória profissional. Em homenagem na Assembleia Legislativa, vários parlamentares fizeram referência à atuação do médico, entre eles, Honório Rocha, que lembrou uma frase que, segundo ele, caracterizava o métier de Vicente André Gomes: “Não se pode falar em dinheiro, antes de curar o doente” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, n. 75, 20 mar. 1977, p. 15).

Vicente atuou no campo da medicina por 38 anos, destacando-se no combate às epidemias em Pernambuco nos anos de 1905 e 1918, no memorável combate à gripe espanhola. Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Pernambuco e um dos idealizadores do I Congresso Médico do Norte/Nordeste. Entre outros cargos, foi nomeado médico adjunto do Hospital Pedro II em 1904; atuou como médico substituto da Clínica Geral do Hospital Pedro II a partir de 1905; exerceu a função de Inspetor Geral de Higiene do Estado de Pernambuco; foi promovido ao posto de major médico chefe do corpo de saúde da Força Pública em 1926.

Vicente André Gomes contraiu núpcias por duas vezes, tendo vários filhos, entre eles, Moacyr André Gomes, que seguiu a carreira do pai, além de tornar-se político, seguindo as trilhas do tio Feliciano André Gomes.

Um segundo irmão de Feliciano, Claudiano André Gomes, parece ter seguido a profissão do pai, pois tinha um comércio no Mercado de São José. Quando da remoção de um administrador do referido mercado, José de Mello Albuquerque Montenegro, ao que nos parece, por questões políticas, Claudiano juntou-se aos demais comerciantes e assinou um abaixo-assinado em defesa da vítima.⁶ Claudiano foi casado com Thereza de Jesus Gomes,

⁶ O manifesto foi assinado por 67 comerciantes. E o conteúdo atesta que o administrador fora vítima de perseguição: “Os signatários desta simples manifestação, tendo justos motivos para crerem que a remoção de V.S. não foi ato inspirado por omissão, inércia e negligência, ou outra qualquer falta que a exigisse, visto como está, na consciência de todos os caracteres o respeito, o método, a forma justiceira e modo restritivo que sempre infundiu e desempenhou nas suas atribuições dentro ou fora deste mercado. Senhor! Nós abaixo assinados, funcionários do Mercado São José, não ostentamos hoje senão recordações gratas e puras de uma administração digna e sem exemplos nos anos de sua existência” (JORNAL DO RECIFE, n. 41, 20 fev. 1887, p. 2).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

e com ela teve os seguintes filhos: João André Gomes, Severino André Gomes e José André Gomes. Sabemos através de jornais, da morte de Tereza no ano de 1905, altura em que já era viúva. Seu féretro saiu da residência de seu cunhado, Feliciano André Gomes, sito à Rua Direita, 112, segundo andar, onde provavelmente ela morava com os filhos acima mencionados (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 246, 31 out. 1905, p. 2).

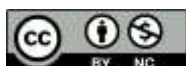
A presença de africanos na cidade do Recife nesse período, foi investigada por Valéria Gomes Costa, inclusive, destacando o legado deixado por alguns deles, a partir dos inventários:

Mais de cinco milhões de seres humanos foram traficados para o Brasil. Pernambuco recebeu em torno de novecentos mil indivíduos, ficando atrás do Rio de Janeiro, onde estava localizada a Corte; e da Bahia, antiga sede do governo colonial. O Recife se tornou, assim, a terceira capital do Império onde as diferentes marcas e falas dos africanos eram preponderantes. Até a primeira metade do século XIX, as pessoas da África eram maioria entre os escravizados na cidade e a manutenção do sistema escravista se dava pelas constantes importações, sobretudo entre as décadas de 1830-40 (COSTA, 2013, p. 32).

Feliciano André Gomes: bacharel em Direito e político

Quando da morte de Vicente André Gomes, Feliciano tinha aproximadamente 21 anos de idade. O encontramos entre os que se submetiam aos exames para o ingresso na Faculdade de Direito do Recife. Seu pai não o viu bacharel em Direito, tampouco assistiu a seu ingresso na seleta faculdade, pois parece não ter sido fácil o ingresso na instituição. O nome de Feliciano como inscrito para as provas na referida faculdade consta em listas publicadas anualmente nos jornais, no período de 1876 a 1884. Em 1885, ele já cursava o primeiro ano, tendo sido aprovado plenamente na cadeira de Direito Eclesiástico. Nos anos subsequentes, seu nome estava entre os aprovados plenamente, como atestam as notas publicadas pela Secretaria do Curso, no Diário de Pernambuco. É preciso que se diga que, em 1886, foi o único aluno aprovado plenamente na cadeira de Direito Natural. Houve quatro reprovações, e dois aprovados simplesmente (JORNAL DO RECIFE, n. 71, 18 mar. 1886, p. 1). Por essa época, já escrevia e era orador em eventos: esteve na inauguração do Clube Marcelino Cleto, uma sociedade musical, ocasião em que fez uso da palavra como orador (Jornal do Recife, n. 215, 19 set. 1883, p. 1); ofereceu à redação do Jornal do Recife, em 1884, um folheto com poesias, onde constava uma de sua autoria, intitulada “Aparências”. A redação agradeceu-o publicamente, na edição de número 281, do mês de dezembro daquele ano (JORNAL DO RECIFE, n. 281, 5 dez. 1884, p. 1).

Figura 1: Feliciano André Gomes



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



Fonte: Acervo de Vitor André Gomes.

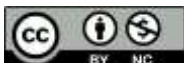
Feliciano fez-se um abolicionista. Encontramos discursos que ele proferiu em vários eventos do Núcleo Artístico Abolicionista. No ano da abolição da escravatura, congratulou-se com João Alfredo, como “porta-voz” dos africanos do Recife, agradecendo ao parlamentar abolicionista João Alfredo Correia de Oliveira, conforme noticiou o Diário de Pernambuco (n. 118, 25 maio 1888, p. 2):

Congratulações – Tendo os africanos desta cidade dirigido ao Exm. Sr. Conselheiro João Alfredo um telegrama, felicitando-o pela sanção da lei de 13 de maio, S. Exc. dirigiu aos acadêmicos Feliciano André Gomes e Manoel da Motta Monteiro Lopes, interpretes dos mesmos africanos o seguinte telegrama:

Rio, 22 maio, 5/40hs.

Aos acadêmicos André Gomes e Monteiro Lopes, agradeço cordialmente felicitações dirigidas pelos africanos dessa cidade – João Alfredo.

Dias antes, o Jornal do Recife já havia anunciado a participação de Feliciano, juntamente com o colega do curso de Direito, também descendente de africanos, Monteiro Lopes, em visita ao presidente da província, acompanhando um grupo de africanos. Nota-se que houve festejos pelas ruas do Recife, com a presença de abolicionistas, populares, estudantes de Direito, entre eles, Feliciano, filho de africano livre, estudante e ativista do abolicionismo, que posteriormente se elegeria para o parlamento. Vejamos o que noticiou o periódico:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O grupo de africanos, de que nos ocupamos ontem, foi também cumprimentar ao Sr. Presidente da província, falando da varanda do palácio os acadêmicos Monteiro Lopes e Feliciano André Gomes, e agradecendo o presidente.

Do palácio dirigiram-se eles para a rua do Vigário, na freguesia do Recife, onde tem consultório o Sr. Dr. Barros Sobrinho e escritório o Sr. João Ramos, a fim de manifestar-lhes a sua gratidão.

Ali oraram ainda os acadêmicos de quem falamos acima e o Dr. Barros Sobrinho, que agradeceu a manifestação e disse que ela competia mais ao Sr. João Ramos, pois havia ele trabalhado destemidamente em prol da causa dos cativos; e que pela sua parte recordar-se-ia sempre daquela manifestação de apreço.

Uma comissão de acadêmicos foi entregar ontem ao presidente da província três números especiais do jornal A Academia, para serem remetidos, um à Princesa Imperial, outro ao conselheiro João Alfredo e outro foi oferecido a S.Exc.

Os Srs. Fiuza Lima & Cia., em regozijo pela sanção da áurea lei, resolveram distribuir hoje, às 10 horas da manhã, aos libertos pela referida lei, as carnes de um boi. Esta distribuição será feita no seu açougue à rua Marquês do Herval, n. 27.

Preparam-se muitas outras manifestações. (JORNAL DO RECIFE, n. 114, 20 maio 1888, p. 1).

Feliciano fez parte do Partido Autonomista do bairro de São José. Em 29 de agosto, estava lá, juntamente com Ângelo Villaça, Pedro Luiz de Oliveira e Manoel Joaquim Batista, dentre outros, tratando do pleito municipal. Encontramo-nos também em outras agremiações, como, por exemplo, no Club Popular, do qual era o segundo orador.

Enquanto bacharel em direito, atuou em algumas lides envolvendo africanos livres, como, por exemplo, o processo cível a respeito dos bens deixados por Domingos José Machado, africano livre, no ano de 1890. A inventariante, também africana, Maria Francisca Machado, contratou os serviços do jovem bacharel, pagando a ele a quantia de 200\$000 (duzentos mil réis).

Ilmo. Sr. Dr. Juiz da Provedoria,

Diz Dona Maria Francisca Machado, herdeira universal e 1ª testamentária do seu finado marido, Domingos José Machado, que a bem de seu direito, necessita que Vossa Senhoria, digne-se mandar que seja admitida a prestar juramento e prosseguir nos termos do respectivo inventário, como for de direito, e bem assim que seja citado o Dr. Procurador dos Feitos da Fazenda Provincial.

Nestes termos, pede deferimento.

Recife, 25 de janeiro de 1890

Bacharel Feliciano André Gomes. (IAHGP. Inventário. Ano 1890, caixa 336. Inventariado: Domingos José Machado. Inventariante: Maria Francisca Machado).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Na política partidária, projetou-se já no início da República. Foi eleito um dos delegados do opositorista, pela Freguesia de São José, na convenção realizada no Clube Popular (PEQUENO JORNAL, n. 285, 16 dez. 1901, p. 2). Posteriormente atuou na liderança do Partido Revisionista, conforme a convocação por ele feita aos eleitores no ano de 1905: “Os srs. Dr. Feliciano André Gomes e coronel João Pereira do Nascimento e Silva convidam os eleitores do partido revisionista para uma reunião amanhã, às 2 horas da tarde, à Rua Imperial, n. 242” (PEQUENO JORNAL, n. 57, 11 mar. 1905, p. 2). Para as eleições que se aproximavam, seu nome foi lembrado como indispensável para o êxito do Partido Republicano Conservador, por um leitor que assinou como T.A., pelo que nos parece, alguém do mundo da política partidária:

Como político disciplinado que sou, há dez anos, cabe-me também o direito, senão o dever, de contribuir com o meu auxílio não só para a organização da chapa para deputados pelo 1º Distrito como também para que triunfe essa mesma chapa nas urnas.

E assim, como eu não tenha assento no diretório da delegação do partido conservador, por intermédio desta, venho lembrar a esse mesmo diretório que na organização da chapa para deputados (1º Distrito), não deixe de incluir os nomes do coronel Baltazar Pereira e do dr. Feliciano André Gomes – pois, o resultado obtido na últimas eleições em que esses dois correligionários foram candidatos, um para deputado estadual e outro para federal, numa época em que o pleito não era livre, foi o mais satisfatório possível.

Ninguém, de certo, negará o prestígio político, e estima de que goza no seio do povo, especialmente no seio do operariado, o dr. Feliciano André Gomes (PEQUENO JORNAL, n. 283, 18 dez. 1911, p. 3).

Nessa época, Feliciano era presidente da comissão do Partido Republicano Conservador no Recife, mesmo assim seu nome não passou na convenção como candidato, razão pela qual uma associação operária lançou um manifesto em favor da sua candidatura, no jornal A Província, na edição da quinta-feira, 28 de outubro de 1911:

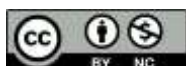
Ao eleitorado do 1º. Distrito

Não tendo sido contemplado na chapa do Partido Republicano Conservador, não obstante seus relevantíssimos serviços prestados tão abnegadamente à classe operária, considerar-nos-íamos ingratos se deixássemos de apresentar ao eleitorado o nome do ilustre pernambucano dr. Felício André Gomes, para deputado federal, das próximas eleições.

Homem probo, ilustrado, valente defensor do povo, conhecedor de todos seus sentimentos, jamais nos esqueceu nas lutas que nos oprimiam, e hoje, portanto, é mais que justo recompensá-lo por tantos sacrifícios a nós dispensados.

Sempre ao nosso lado, tem caminhado de frente erguida, zombando dos reveses das situações, visando única e desinteressadamente a vitória de nossas causas, isto é, os nossos direitos.

E que temos tributado a este homem? Nada até hoje!



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Portanto, gratifiquemos reconhecidos a quem nos tem beneficiado. Levemos às urnas o seu ilustre nome; sufraguemo-lo para deputado federal.

A classe operária. (A PROVÍNCIA, n. 358, 28 out. 1911, p. 2).

Na edição seguinte do mesmo jornal, Feliciano respondeu ao manifesto publicado em favor de sua candidatura, dizendo que acatava a resolução do partido, agradecia o apoio recebido pelos amigos e a lembrança de seu nome, e conclamava todos a sufragarem a chapa apresentada pela comissão executiva do partido e a votarem para governador no general Dantas Barreto.

Com a morte prematura do ex-colega da Faculdade de Direito e do abolicionismo, Dr. Manuel da Motta Monteiro Lopes⁷, que era deputado federal na capital da República, Rio de Janeiro, seu nome voltou a ser lembrado, ao menos pelo “segmento dos homens de cor”, como publicado no jornal A Província (n. 305, 18 jan. 1911, p. 1):

Telegramas

Rio, 17

Consta que diversos homens de cor pensam em dar substituto ao dr. Monteiro Lopes na Câmara dos deputados dentro da própria raça. Entre os indicados para essa substituição, pretendem colocar o dr Feliciano André Gomes.

E não ficou só na intenção. Na edição do dia 21 de janeiro daquele mesmo ano, noticiava-se que um grupo de amigos do Dr. Feliciano deliberou passar um telegrama para o Rio de Janeiro felicitando o povo carioca pela escolha de Feliciano à vaga de Monteiro Lopes.

Para deputado federal, Feliciano parece não ter logrado êxito. A única notícia que soubemos acerca do seu desempenho foi que estava com 3 votos, quando o processo de contagem estava ainda em curso. Mas para a eleição a deputado estadual, que seria realizada em janeiro do ano seguinte, sua campanha já estava na rua, como anunciou o Jornal do Recife, em 30 de novembro de 1912:

É candidato do Partido Republicano Conservador a deputado estadual pelo 1º. Distrito, nas próximas eleições, o ilustre dr. Feliciano André Gomes [...] A inclusão na chapa governista do nome do dr. Feliciano André Gomes foi acolhida com a maior satisfação merecendo gerais aplausos (JORNAL DO RECIFE, n. 331, 30 nov. 1912, p. 1).

Feliciano André Gomes foi o candidato mais votado para deputado estadual no primeiro distrito. Alcançou 9.321 votos.⁸ A festa da vitória foi noticiada no Jornal do Recife:

VÁRIAS

Consoante fora anunciado, realizou-se ontem, a manifestação de apreço,

⁷ Sobre Monteiro Lopes, ver: Silva Júnior (2016).

⁸ Os três mais votados do 1º Distrito foram: Dr. Feliciano André Gomes, com 9.321 votos; Dr. Antônio Vicente, com 8.949 votos; e Dr. Pessoa Guerra, com 8.922 votos (JORNAL DO RECIFE, n. 350, 19 dez. 1912, p. 2).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

promovida por um grupo de amigos e admiradores do ilustre dr. Feliciano André Gomes, deputado estadual pelo 1º Distrito deste Estado.

Os manifestantes partiram às 5 horas da tarde da residência do major Carolino Silva, à rua Vidal de Negreiros, n. 86, precedidos da 1ª fracção da banda de música da Força Pública. Em um automóvel era conduzido pelas senhoritas Ambrosina e Maria Ambrosina do Nascimento e Silva o retrato do manifestado.

Às 6 horas da tarde chegaram todos à residência do dr. Feliciano André Gomes, que mora à rua da Palma.

Após alguns minutos usou da palavra o coronel Antônio Florentino que, em nome dos manifestantes, ofereceu ao dr. Feliciano André Gomes, o seu retrato encerrado em custosa moldura e um cartão de prata com os seguintes dizeres: 'Ao dr. Feliciano Gomes oferecem seus amigos e admiradores. 28.01.1913' e um custoso anel de bacharel [...]

A rua da Palma achava-se bem ornamentada e iluminada, tendo feito retreta em frente à residência do manifestado as bandas de música da Força Pública e União Operária. (JORNAL DO RECIFE, n. 113, 28 abr. 1913, p. 1).

Observamos que Feliciano continuou exercendo a advocacia e participando de bancas examinadoras no Liceu de Artes e Ofício, onde foi professor. Também, como deputado, continuou participando anualmente do ritual em memória aos abolicionistas, qual seja, no dia 13 de maio visitavam os túmulos dos abolicionistas falecidos, onde depositavam grinaldas de flores naturais e proferiam discursos.

Não faremos aqui uma retrospectiva da atuação de Feliciano André Gomes nos anos em que esteve como parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, mas lembramos que, desde que foi eleito pela primeira vez, em 1912, só deixou o cargo em 1927, vencido pela morte.

Vicente André Gomes: médico

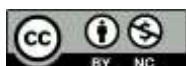
Já mencionamos aspectos da vida de Vicente André Gomes nas linhas anteriores, mas precisamos nos estender um pouco mais sobre a vida desse eminente filho do africano livre, Vicente André Gomes (da Costa), de quem herdou o nome.

Figura 2: Vicente André Gomes



Fonte: Acervo de Vitor André Gomes.

Vicente filho nasceu em 1877, portanto onze antes da abolição legal da escravidão no



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Brasil. Antes de matricular-se na Faculdade de Medicina na Bahia, prestou exame para ingresso na Faculdade de Direito do Recife, sem lograr êxito. Na Faculdade de Medicina da Bahia, teve como um dos seus mestres, Nina Rodrigues, um dos maiores defensores das teorias racialistas no Brasil. Dentre outras coisas, Nina Rodrigues argumentava que: “A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização [...] há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”.⁹

Na relação dos lentes catedráticos da Faculdade de Medicina que se encontram na tese de Vicente André Gomes, defendida em 1902, Raimundo Nina Rodrigues é responsável pela cadeira Medicina Legal e Toxologia, disciplina da 4ª seção do curso. Não é difícil imaginar o que Vicente, filho de africano livre, deve ter ouvido do seu mestre acerca da “tendência” criminal dos africanos e seus “malefícios” para a sociedade brasileira.

Não vamos nos deter na análise do conteúdo do trabalho de conclusão de graduação em Medicina, intitulado: “Reações ganglionares na infância”, mas abordaremos os agradecimentos e dedicatórias contidas no texto, pois muito nos indicam sobre a trajetória estudantil e a vida de Vicente André, como, por exemplo, a referência a seu pai, que ele pouco conheceu, ao qual fez a dedicatória póstuma:

À SAGRADA MEMÓRIA DE MEU QUERIDO PAI.

Morrestes! E me deixastes em tenra idade!

Saudosas recordações inundam o meu coração de filho!

Partistes! Oh! Fatalidade.

Nem ao menos tive a felicidade de haurir os vossos salutares conselhos; mas lá do mundo da verdade, me tendes guiado, e o laurel de – Doutor em Medicina – que me enaltece a fronte, é o resultado das sábias lições que me transmitistes aos meus irmãos.

Bem haja o bom esposo e o pai extremosíssimo,

Que soube legar-me, nos filhos, os sentimentos e as

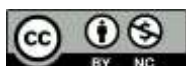
Virtudes que estes me inculcaram n'alma.

O contentamento que hoje sinto, é turvado pela falta da vossa santa benção.

Pois bem; aceitai, meu bom pai, esta última prova acadêmica, como o símbolo de doloridas saudades, e, por entre as brumas da eternidade abençoai-me e pedi a Deus que derrame luzes e felicidades por sobre o vosso filho.

Vicente. (GOMES, 1902).

⁹ Sobre as teorias racialistas no Brasil, ver Leite (1983) e Schwarcz (1995).



Em seguida, uma dedicatória aos irmãos: “À saudosa memória dos meus bons irmãos. Na impossibilidade de um abraço fraternal, recebi uma lágrima sentida” (GOMES, 1902). Outra à mãe, Domingas André Gomes:

A vós, minha carinhosa mãe, devo o que sou, e a vós também dedico este humilde trabalho. É, em sinal do mais profundo respeito e acrysolado amor filial, de que se nutre o coração do filho obediente e reconhecido, curva-se genuflexo, beijando as vossas santas mãos, o vosso filho.

Vicente. (GOMES, 1902).

Ao irmão, bacharel em Direito, Feliciano, um agradecimento fraterno e amigo, e uma espécie de pedido de desculpa por talvez não ter atendido às expectativas. E ficam evidentes os conselhos do pai, transmitidos pelo irmão mais velho, que, ao que nos parece, assumiu a paternidade do caçula. O nome de Feliciano em itálico e o título de Dr. no início é emblemático:

AO MEU BOM IRMÃO E AMIGO.

Dr. Feliciano André Gomes.

Cheguei ao término das tuas aspirações, meu leal e verdadeiro amigo.

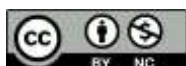
Se bem não cumpri os teus ardentes desejos, nutro a convicção de ter trabalhado proficuamente, a fim de realizá-los.

O que sou devo também a ti, meu irmão, pois soubeste me transmitir as boas lições do nosso carinhoso pai, e aceita esta these, único fructo do meu trabalho intelectual, como prova mais eloquente do eterno reconhecimento aos inequívocos afetos que sempre dispensaste ao teu irmão e amigo dedicado.

Vicente. (GOMES, 1902).

Há também dedicatórias aos sobrinhos e à cunhada, sem citar seus nomes; à senhora Leopoldina da Costa e a toda sua família; bem como a Luiz da França Aguiar e família. Luiz de França foi um colega da faculdade da Bahia, como fica expresso no texto: “juntos trabalhamos, e juntos alcançamos a conquista do nosso ideal. Está terminada a nossa jornada, agora o destino vai nos separar” (GOMES, 1902). Dona Leopoldina provavelmente era a esposa do farmacêutico Francisco Dias da Costa, mãe de Heriberto Costa e Fernando Carneiro da Costa (PEQUENO JORNAL, n. 51, 4 mar. 1901, p. 2). Vicente não se esqueceu dos amigos de infância: Dr. José Elias Monteiro Lopes e Dr. Targino César Affonso.

Enfim, as dedicatórias apontam para o círculo de amizades de Vicente e de seus familiares, como, por exemplo, a família Monteiro Lopes, do renomado bacharel em direito e deputado federal Manuel da Motta Monteiro Lopes, mencionado anteriormente.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Figura 3: Capa da tese de Vicente André Gomes

Fonte: Gomes (1902).

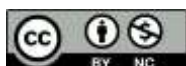
Vicente André Gomes foi casado com Andreza Pereira da Silva André Gomes, que faleceu aos 41 anos de idade. Contraiu segundas núpcias com Annunciada André Gomes. Dos dois matrimônios tivera os seguintes filhos: Maria Odete André Gomes, Andreza André Gomes, Maria de Lourdes André Gomes, Zuleide André Gomes, Carmem André Gomes, Moacir André Gomes, Feliciano André Gomes e João Vicente André Gomes.

Dentre os filhos, registramos o nome de Feliciano André Gomes, certamente em homenagem ao irmão, e Andreza, em homenagem à primeira esposa, uma forma de perpetuar a memória dos entes queridos nas gerações futuras.

No início de sua carreira, Vicente dividia um espaço com o irmão bacharel em direito, a princípio na Praça Dezessete e depois à Rua Duque de Caxias, n. 54, no bairro de Santo Antônio.

Dois anos após a conclusão do curso de medicina, Vicente foi nomeado médico adjunto do Hospital Pedro II. No ano seguinte, foi nomeado pela junta administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife para o cargo de substituto da clínica médica geral do Hospital Pedro II. No mesmo ano, foi aceito efetivo da Sociedade de Medicina de Pernambuco e nomeado inspetor geral de higiene do Estado de Pernambuco. Em 1926, foi promovido ao posto de major médico, chefe do corpo de saúde da Força Pública (JORNAL DO RECIFE, n. 116, 25 maio 1904, p. 1; n. 14, 18 jan. 1905, p. 1; n. 53, 5 mar. 1905, p. 2; n. 192, 26 ago. 1905, p. 1; n. 242, 17 out. 1926, p. 2).

Vicente André Gomes teve destacada atuação contra a epidemia de varíola em Pernambuco no ano de 1905 e de gripe espanhola em 1918. Por ocasião do centenário de seu aniversário, um grupo de médicos pernambucanos prestou homenagem a ele, destacando sua produção científica. Segundo o Diário de Pernambuco (n. 75, 20 mar. 1977, p. 15):



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O homenageado é autor de vários trabalhos científicos publicados, destacando-se: “O Caso de Aneurisma da Crossa d’Aorta”; foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Pernambuco; professor de microbiologia da antiga Escola de Agronomia do Estado, e de física e química do Liceu de Artes e Ofícios.

Vicente André Gomes faleceu em 30 de agosto de 1940, aos 63 anos, no Hospital Português, onde se achava internado. A notícia foi veiculada no Jornal Pequeno (n. 199, 31 ago. 1940, p. 3), enfatizando a sua trajetória de vida e sua descendência: “Deixa onze filhos, entre os quais as professoras Maria de Lourdes, Zuleide e Carmem André Gomes. Do primeiro matrimônio deixou duas filhas, professoras: Maria Odete Gomes, e Andreza Gomes”.

Não sabemos o nome originário dos pais de Vicente e Feliciano. Uma coisa é certa: eles se tornaram Vicente e Domingas quando passaram pela experiência da escravidão. A identidade africana se metamorfoseou no processo diaspórico. Como muitos outros, eles tiveram que “inventar” uma identidade, incluindo um nome de família. Vicente tornou-se a princípio Vicente André Gomes da Costa, posteriormente o sobrenome sofreu uma síncope, ficando André Gomes, que passou para sua esposa e filhos.

Este artigo não termina aqui. É apenas o início da construção da História de uma família de descendentes de africanos que ascendeu socialmente na cidade do Recife a partir, sobretudo, da educação formal. Pode-se dizer que, comparando com os descendentes de outros africanos escravizados, essa família constitui-se numa peculiaridade. É possível encontrar netos, bisnetos, trinetos e tetranetos ocupando profissões similares a dos dois filhos do africano livre Vicente André Gomes (da Costa): um bacharel em Direito, o outro bacharel em Medicina. Eles legaram aos descendentes o capital simbólico que poucos descendentes de escravizados conseguiram legar para as gerações seguintes.

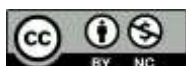
Os estudos sobre o pós-abolição, que ganharam visibilidade na historiografia brasileira no alvorecer do século XXI, têm desvendado trajetórias de vidas de africanos livres, libertos e seus descendentes, tirando-os do lugar comum a que foram relegados durante muito tempo. Para além da conhecida e repetida expressão “saíram das senzalas e caíram nas favelas”, para caracterizar a situação dos ex-escravizados do pós-abolição, as pesquisas recentes têm apresentado muitas faces e situações desse período no Brasil, conforme análise de Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2025), em um artigo publicado recentemente, intitulado “O campo de estudos das emancipações e pós-abolição: origens, desdobramentos e interpretações em perspectiva historiográfica”.

Referências

Fontes:

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP). *Inventário*. Ano: 1890, caixa 336. Inventariado: Domingos José Machado. Inventariante: Maria Francisca Machado.

Livros, teses, dissertações e monografias:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2022.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2019.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, Vicente André. *Reações ganglionares na infância: these sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em 29 de Dezembro de 1902*. Salvador. Typographia Almeida, 1902.

LEITE, Dante Moreira. *O carácter nacional brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LEITE, Fabio. *A questão ancestral*. São Paulo: Edusp, 2008.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira Da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: TAQ, 1985.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. O campo de estudos das emancipações e pós-abolição: origens, desdobramentos e interpretações em perspectiva historiográfica. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 71, p. 1-45, 2025.

SCHAWRCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA JÚNIOR, Juarez Clementino da. *Um negro de poder no Amazonas na Primeira República: Monteiro Lopes, o Jurista e Deputado (1892-1910)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

Periódicos:

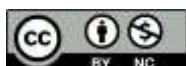
A PROVÍNCIA. Recife, n. 181, 27 dez. 1873.

A PROVÍNCIA. Recife, n. 254, 27 mar. 1874.

A PROVÍNCIA. Recife, n. 305, 18 jan. 1911.

A PROVÍNCIA. Recife, n. 358, 28 out. 1911.

A PROVÍNCIA. Recife, n. 45, 26 mar. 1903.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

A PROVÍNCIA. Recife, n. 238, 14 out. 1927.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 252, 31 out. 1862.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 100, 5 maio 1870.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 275, 30 nov. 1875.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 53, 5 mar. 1878.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 140, 10 jun. 1878.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 137, 18 jun. 1885.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 197, 30 ago. 1885.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 118, 25 maio 1888.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 50, 4 mar. 1903.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 246, 31 out. 1905.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 75, 20 mar. 1977.

JORNAL DE ARACAJU. Aracaju, n. 930, 5 mar. 1878.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 186, 14 ago. 1877.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 215, 19 set. 1883.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 281, 5 dez. 1884.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 71, 18 mar. 1886.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 41, 20 fev. 1887.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 114, 20 maio 1888.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 116, 25 maio 1904.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 14, 18 jan. 1905.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 53, 5 mar. 1905.

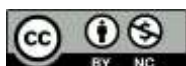
JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 192, 26 ago.1905.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 331, 30 nov. 1912.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 350, 19 dez. 1912.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 113, 28 abr. 1913.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 242, 17 out. 1926.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 236, 12 out. 1927.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 242, 19 out. 1927.

JORNAL DO RECIFE. Recife, n. 246, 23 out. 1927.

PEQUENO JORNAL. Recife, n. 51, 4 mar. 1901.

PEQUENO JORNAL. Recife, n. 285, 16 dez. 1901.

PEQUENO JORNAL. Recife, n. 16, 21 jan. 1903.

PEQUENO JORNAL. Recife, n. 57, 11 mar. 1905.

PEQUENO JORNAL. Recife, n. 283, 18 dez. 1911.

PEQUENO JORNAL. Recife, n. 199, 31 ago. 1940.

REVISTA DA CIDADE. Recife, n. 74, 22 out. 1927.

Sites eletrônicos:

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (BND). Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 21 set. 2024.

DIAS, Rodrigo. Resenha de “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem” de Oracy Nogueira. *Sociologia e Antropologia*: um blog com resenhas das principais obras das Ciências Sociais, 19 maio 2012. Disponível em: <http://sociologiaeantropologia.blogspot.com/2012/05/resenha-de-preconceito-racial-de-marca.html>. Acesso em: 21 set. 2024.

Notas de autoria

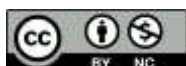
José Bento Rosa da Silva. Possui graduação em História pela Fundação do Pólo Regional do Vale do Itajaí (1985), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (1994) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2001). Realizou estágio pós-doutoral na Université Jean Jaurès – Toulouse (2014–2015). É professor associado da Universidade Federal de Pernambuco e docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. E-mail: bentorosa.ebano@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SILVA, José Bento Rosa. Feliciano & Vicente: os dois filhos dos da Costa (da África) na capital da Província de Pernambuco (séculos XIX e XX). *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 53, p. 92-112, 2025.

Contribuição de autoria

Não se aplica



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Financiamento
CAPES/FACEPE**Consentimento de uso de imagem**
Não se aplica**Aprovação de comitê de ética em pesquisa**
Não se aplica**Licença de uso**

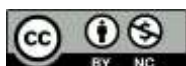
Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 21/01/2025

Reapresentado em 31/10/2025

Aceito em 05/12/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)